

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Teoria do Etiquetamento na produção jornalística:
Uma análise das capas do *Meia Hora*

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

Kenia de Souza Serpa

Teoria do Etiquetamento na produção jornalística:
Uma análise das capas do *Meia Hora*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de grau de Bacharel
em Comunicação Social na Faculdade de
Comunicação Social da UFJF

Orientador: Ricardo Bedendo

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

Kenia de Souza Serpa

Teoria do Etiquetamento na produção jornalística:
Uma análise das capas do *Meia Hora*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Ricardo Bedendo

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 12/02/2014 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Ms. Ricardo Bedendo (UFJF) – Orientador

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (UFJF) – Convidado

Prof. Ms. Marise Baesso Tristão (UFJF) – Convidada

Conceito Obtido _____

Juiz de Fora
Fevereiro de 2014

AGRADECIMENTOS

À minha família pela fé e confiança demonstrada.

À minha irmã pelo apoio incondicional.

Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar.

Ao orientador, Ricardo Bedendo pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

“A experiência reforçou meu repúdio à cultura da punição perversa, contra quem já nasceu condenado a todas as formas de injustiça”

Caco Barcellos

RESUMO

Este trabalho tem como alicerce o paralelo entre linha criminológica da teoria do etiquetamento, em especial sua fundamentação interacionista da qual faz parte Howard Becker, e a construção dos sentidos no jornalismo de segurança pública. O enfoque será a análise do papel da mídia na disseminação dos rótulos na sociedade e, é claro, a parcela de responsabilidade do jornalista nesse fenômeno. O estereótipo do criminoso brasileiro e sua origem também serão apresentados. A proposição das rotinas profissionais no jornalismo de segurança pública será o contraponto para a existência de rótulos na produção jornalística. Capas do jornal Meia Hora serão analisadas como forma de buscar a presença de indícios de elementos da Teoria do Etiquetamento na produção jornalística relacionada à criminalidade atualmente em nosso país, seja no uso de humor, das “trolagens”, da intensidade, da exploração de imagens ou reprodução de estigmas.

PALAVRAS-CHAVE: TEORIA DO ETIQUETAMENTO. JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ESTEREÓTIPOS NA MÍDIA.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO JORNALISMO	08
2.1 Teorias da Comunicação	09
2.2 O dia a dia da produção jornalística	16
2.3 A apuração da notícia	20
3 A FORMAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS NA SOCIEDADE: O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E A TEORIA DA ROTULAÇÃO	24
3.1 Quando uma ação vira crime	24
3.2 Teoria do Etiquetamento ou “labelling approach”	28
3.3 O estereótipo do criminoso brasileiro.....	32
4 COMUNICAÇÃO E ESTIGMA	35
4.1 A mídia como difusora do rótulo.....	35
4.2 O discurso do Jornalismo de Segurança Pública.....	37
4.3 A teoria do etiquetamento na produção jornalística de segurança pública.....	41
5 ELEMENTOS DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO NAS CAPAS DO JORNAL MEIA HORA DE NOTÍCIAS.....	44
5.1 Humor e estigma.....	48
5.2 Os perigos da trolagem para o jornalismo	50
5.3 Intensidade da Informação: desafios com a responsabilidade da notícia	52
5.4 Polícia ou Segurança Pública?.....	54
6 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

É quase impossível ler algum veículo jornalístico impresso ou assistir a um telejornal sem vislumbrar notícias sobre crimes ou transgressões às normas legais. Por isso, é comum termos conhecimento das várias prisões, infrações, assaltos e assassinatos que acontecem a nossa volta. E o crime, enquanto notícia, sempre esteve presente nos meios de comunicação.

Minha visão acerca do tema pode conter uma angulação diferenciada por eu estar inserida nesses dois mundos: do Jornalismo e do Direito. Este é um ponto que aprendi a partir da produção desse trabalho, afinal devo ser transparente com relação as minhas “verdades”.

Para análise da forma como é apresentado o fato criminoso pela mídia é necessária a observação da realidade da profissão jornalística. Os maiores expoentes no assunto nos trazem a explicação da produção de sentido no jornalismo, que será exposta no capítulo inaugural desse trabalho.

Mas de onde se concebe a existência de um fato tal como definido como criminoso? De onde nasce a criminalidade e o rótulo do criminoso em potencial? No terceiro capítulo serão discutidas essas questões, principalmente a partir do interacionismo simbólico. Além da apresentação da teoria do etiquetamento e do estereótipo do criminoso no Brasil.

No quarto capítulo desse trabalho acadêmico serão analisadas as abordagens dos crimes e dos criminosos na produção jornalística, além da problemática existente entre os conceitos “Jornalismo Policial” e “Jornalismo de Segurança Pública”.

A análise das capas do jornal Meia Hora será desenvolvida no quinto capítulo. A busca de indícios de elementos da Teoria do Etiquetamento irá levantar importantes discussões acerca da produção jornalística na atualidade, sobretudo quanto às matérias relacionadas à criminalidade.

2 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO JORNALISMO

O jornalismo sempre esteve presente nos fatos mais importantes da sociedade. E o estudo de seus efeitos e funcionamento passou a ser desenvolvido a partir do crescimento de sua utilização, ainda no século XIX, com as teorias da comunicação.

Esse estudo se preocupou inicialmente com a mensagem da mídia e seus efeitos sobre as pessoas. Depois, a análise passou a ter ênfase na seleção, divulgação e produção das informações veiculadas através da mídia.

Cabe dizer que essas dinâmicas de pesquisa continuam em desenvolvimento, uma vez que a função social da mídia se altera também de acordo com a sua evolução tecnológica. Portanto, outras teorias da comunicação são pensadas.

Nesse trabalho apenas as teorias que circundam os nossos objetivos foram abordadas, assim como as que demarcam as diferenças de pensamento acerca da construção de sentido no jornalismo.

Nesse sentido, o dia a dia da produção jornalística merece destaque, uma vez que a teoria deve sempre ser vislumbrada na prática das redações. Por isso, cabe-nos refletir sobre a problemática das dificuldades e desafios cotidianos dos jornalistas. Durante todo o processo de construção da notícia existem elementos que interferem na produção de sentidos. Seja nas fontes colhidas, na maneira como o texto será priorizado, na edição ou na escolha da imagem utilizada.

2.1 Teorias da Comunicação

Pioneira entre as teorias da comunicação, a Teoria do Espelho surgiu a partir das mudanças na imprensa americana na segunda metade do século XIX. Os comentários dão lugar aos fatos e passa-se a acreditar que as palavras noticiadas refletem a realidade. (PENA, 2005, p. 125)

Para a Teoria do Espelho, o papel do jornalista é informar o fato na sua essência. Não existe espaço para opiniões e sua busca incessante é pela verdade que os leitores esperam receber ao ler suas matérias.

Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais. Seu dever é informar, e informar significa buscar a verdade acima de qualquer outra coisa. Mas, para isso, ele precisa entregar-se à objetividade, cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões. (PENA, 2005, p. 125)

Hoje, ainda existe quem defenda a teoria do espelho como a mais correta com relação à prática jornalística. Este é o artifício encontrado para sustentar a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas. Porém, existem outros entendimentos acerca do fazer jornalístico que se contrapõem à Teoria do Espelho. Exemplo disso é a ideia de que os jornalistas são contadores de história, estão imersos em processos de construção social das informações, o que torna difícil a isenção completa desse profissional.

Para teorizações instrumentalistas sobre a imprensa, a notícia seria, por óbvio, retrato da realidade. Mas não vemos ‘a’ realidade quando lemos um texto, navegamos pela internet, vemos a TV, ouvimos o rádio. Com a matéria jornalística, ficamos diante de uma certa forma de contar os fatos – o que significa que eles passaram a dançar conforme o ato de contá-los. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 19)

Conforme preceitua Pena (2005, p. 128), “o jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade”. Portanto, o jornalista deixa de ser um agente estático/mediador para ser um agente que constrói a realidade. Nesse sentido temos os fundamentos da Teoria do Newsmaking

A perspectiva da teoria do newsmaking é construtivista e rejeita claramente a teoria do espelho. Mas isso não significa considerar as notícias ficcionais, sem correspondência com a realidade exterior. Na verdade, o método construtivista apenas enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade. Entretanto, também ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de construção que influencia todo o processo de construção. (PENA, 2005, p. 129)

Pode-se perceber que uma parte das teorias da comunicação e do jornalismo identifica o jornalista como submisso a um processo produtivo. Nesse sentido, compreende-se que a autonomia do jornalista é superada pelas imposições da rotina industrial. Entende Pena (2005, p. 130) que “**diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias.**” [Grifo do original]. Portanto, na produção jornalística as preferências pessoais do jornalista perdem espaço para os procedimentos próprios e os limites organizacionais, até mesmo como forma de homogeneizar o produto da atividade jornalística.

Essa perspectiva abre espaço para uma interpretação de possíveis manipulações sob o paradigma produtivo, e não sob o paradigma intencional, o que não significa ignorar a existência de fatores extrajornalísticos e pressões externas. Apenas alerta para a possibilidade de uma “distorção consciente”, vinculada à rotina de produção e aos valores compartilhados com os colegas e interiorizados pela cultura profissional. (PENA, 2005, p. 130)

Em contrapartida, não podemos estipular um único determinante para a forma em que a produção jornalística é realizada. O jornalista, mesmo com uma autonomia submissa, pode tomar as rédeas de seu trabalho mesmo dentro das grandes corporações da mídia e fazer valer sua opinião.

Não é possível encarar os pressupostos da “rotinização” do trabalho, do processo de produção e da cultura jornalística como pontualmente deterministas. Eles não são módulos uniformes e imutáveis. Há espaço de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais. A rede de fontes, a capacidade de negociação e um talento para a investigação são trunfos utilizados para demonstrar que o processo de produção das notícias é interativo. Depende das rotinas profissionais, mas também dos jornalistas e de demandas da sociedade, entre outros fatores. (PENA, 2005, p.132) [Grifo do original]

Nesse fluxo de relações e de negociações nos processos de produção da notícia, as matérias merecedoras de publicação são também intermediadas por aspectos mediadores, que nos fazem convergir até a Teoria do Gatekeeper. Para essa abordagem, a escolha ocorre pela ação pessoal do jornalista.

O conceito refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista. (PENA, 2005, p.133)

O teórico David Manning White foi o primeiro a aplicar este conceito ao jornalismo, em 1950. Em sua análise, feita durante observação de um jornalista a quem ele chamou de Mr. Gates, White concluiu que as decisões do jornalista foram “subjetivas e arbitrárias, dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”. (PENA, 2005, p.134)

Com o tempo, essa teoria perdeu espaço para outras, já que estudos posteriores concluíram que a seleção das matérias é mais influenciada pelas rotinas profissionais que por uma avaliação pessoal do jornalista. Nesse sentido foi criado um pensamento contemporâneo de *gatewatching*¹.

Outra teoria importante da comunicação é a Teoria do Agendamento ou o Agenda Setting, como é chamado nos Estados Unidos. Criada no início da década de 1970, essa construção intelectual defende que a imprensa agenda os assuntos a serem abordados nas conversas rotineiras de seus consumidores e objetiva analisar o papel da mídia na formação e mudança de conhecimento de mundo. Ou seja, a preocupação não é mais acerca de qual

¹ RECUEIRO (2009, p.49 e 50) faz referência ao pensamento contemporâneo de *gatewatching*. A partir da citação indireta de Brunes (2005), a autora demonstra a importância da mídia digital no universo da Comunicação Social. “Para Brunes (2005) as práticas informativas da internet (e, portanto, nas redes sociais onlines) podem ser classificadas como *gatewatching*, e podem complementar e até substituir o *gatewatching* do jornalismo tradicional. Para o autor, *gatewatching* refere-se à observação daquilo que é publicado pelos veículos noticiosos, no sentido de identificar informações relevantes assim que publicadas. Essa noção é mais adequada ao trabalho de filtragem realizado pelas redes sociais, muitas vezes especializado, focado em informações que estão fora do mainstream informacional.

Dentro desta perspectiva, portanto, as redes sociais na Internet agiram através do *gatewatching*. Assim, as redes sociais vão atuar com um duplo papel informativo: como **fontes**, como **filtros** ou como **espaço de reverberação** das informações. São essas as relações que apontamos como relevantes para o jornalismo no aspecto do estudo das redes sociais. Essas, assim, são complementares à função jornalística, não tendo o mesmo comprometimento que estes para com a credibilidade da informação, mas auxiliando a mobilizar pessoas, a construir discussões e mesmo, a apontar diversidades de pontos de vista a respeito de um mesmo assunto.” [Grifos do original]

assunto as pessoas conversam, mas como é desenvolvido seu entendimento sobre os temas sociais.

A teoria do agendamento não ampara a ideia de que a mídia pretende persuadir o leitor, pois isso está focada na dinâmica organizacional das empresas de comunicação, ou seja, os meios influenciam os cidadãos a partir da cultura e dos critérios de noticiabilidade das instituições jornalísticas. Na verdade, o que acontece é a escolha dos assuntos a serem discutidos estritamente relacionados aos dispostos na imprensa de massa. Muito se relaciona, dentro dos estudos dessa teoria, a confluência entre a agenda midiática e a agenda pública. (PENA, 2005, p. 144)

Segundo Pena (2005, p. 145), “a ação da mídia no conjunto de conhecimentos sobre a realidade social forma a cultura e age sobre ela”. A mídia passa a ser vista como criadora de identidade dentro de sua sociedade, quando passa a influenciar a cultura de um determinado espaço em um determinado período temporal. Pena cita Mauro Wolf para afirmar o poderio da imprensa enquanto formadora de novas ideias dentro da sociedade.

A temática da teoria do agendamento também representa a evolução de uma perspectiva quantitativa para uma abordagem representativa dos efeitos. O que vale é o significado daquilo a que as pessoas estão expostas e, também, o impacto acumulativo dessa exposição, cuja frequência continuada e cotidiana influencia na cognição. Nas palavras de Mauro Wolf, a passagem dos efeitos limitados para os efeitos cumulativos implica a substituição do modelo transmissivo da comunicação por um modelo centrado no processo de significação. “A influência da mídia é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (PENA, 2005, p. 145)

Pela razão de ser grande o poder simbólico e, portanto, de produção de sentidos da mídia perante à sociedade, torna-se importante a reflexão acerca do conteúdo veiculado como um todo. Nesse sentido, temos o entendimento de Maia e Rodrigues.

Visto por esse prisma, em que o jornalismo guia a compreensão dos leitores sobre as questões sociais das quais eles fazem parte, é sempre pertinente o questionamento sobre as técnicas que envolvem o fazer jornalístico e os padrões decorrentes destes recursos - desde a pauta, a captação, a angulação da notícia ou reportagem, a edição e o próprio resultado manifesto no texto (MAIA e RODRIGUES 2008, p. 2)

A interlocução entre as teorias vai, aos poucos, nos mostrando que o conhecimento dos fatores que mediam o trabalho jornalístico é de fundamental importância para compreendermos o poder de recorte das diferentes realidades e como a transmissão desses contextos informativos pode ajudar a agendar a vida pública e os valores sociais. A busca pela isenção encontra percalços por todo o caminho. Sendo assim, nos deparamos com mais a Teoria Etnográfica que muito pode contribuir para as reflexões dessa pesquisa, acerca dos desafios dos profissionais de imprensa na busca por um trabalho mais isento e mais responsável socialmente.

Pena (2005, p. 150) explica que, para a essa linha de pensamento, os jornalistas devem buscar as diferentes visões acerca de um mesmo fato, despindo-se de seus valores estereotipados e conceitos “pré-existentes”. Só assim o profissional do jornalismo estará enxergando diferentes angulações e contextos. Contudo, é mister que os jornalistas, assim como qualquer outro profissional, estejam condicionados aos padrões de sua própria cultura. De acordo com o mesmo autor,

Talvez a grande dificuldade que os jornalistas têm em aceitar que as notícias não são o reflexo preciso da realidade seja fruto da ausência de uma observação distanciada sobre sua profissão. Eles enxergam o mundo sob as lentes de sua própria cultura profissional, o que também é uma forma de etnocentrismo. Suas rotinas produtivas acabam absorvendo todo o tempo disponível, contribuindo ainda mais para aprofundar seus próprios estereótipos e preconceitos. (PENA, 2005, p. 151)

Percebemos e reafirmamos, então, que esse eixo teórico apresenta-se como um dos mais importantes para os nossos objetivos. O alerta sobre as necessidades de “deixar de lado” estereótipos ajuda a problematizar, ainda mais, as nossas questões.

Mas esse convite à superação e ao alargamento de visões do mundo ao nosso redor torna-se ainda mais complexo quando as dinâmicas de apuração inserem o profissional em outras instâncias de reflexão crítica, acima de tudo. A Teoria dos Definidores Primários é um exemplo dessa complexidade, pois afirma que os possíveis manipuladores da informação noticiada deixam de serem os jornalistas para serem as fontes privilegiadas. Conforme Pena (2005, p. 154), “a interpretação primária das fontes institucionalizadas define o rumo de qualquer notícia”. O autor ainda assevera que isso acontece por serem as fontes institucionais as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas.

Pessoas em cargos institucionais, como governadores, prefeitos, presidentes de empresas, delegados de polícia ou diplomatas funcionam como definidores primários. Eles norteiam o trabalho da imprensa em casos específicos, pois são os primeiros a serem procurados para entrevistas, por darem uma certa “legitimidade” ao depoimento, segundo a lógica dos jornalistas. (PENA, 2005, p.154)

Essa perspectiva de pensamento nos convida a refletir sobre as limitações do trabalho jornalístico e os perigos das simples reproduções dos discursos institucionais que, em alguns casos, podem até reproduzir valores também estigmatizados da sociedade. Por isso, o diálogo entre essas teorias nos ajuda a perceber as dimensões e os desafios da atividade jornalística focada na informação útil à sociedade.

Para ampliarmos, ainda mais, as nossas bases teóricas, é importante tecermos outras considerações acerca da prática jornalista, analisando algumas das principais dificuldades encontradas pelos jornalistas em seu dia a dia.

2.2 O dia a dia da produção jornalística

O cotidiano da produção jornalística deve ser observado como alicerce para a construção da notícia. Maia e Rodrigues (2008, p. 2) reforçam o debate sobre a superação da ideia do jornalismo como fidedigno espelho do mundo, ao afirmarem que “a rotina profissional incorpora a tensão entre fontes, empresas, jornalistas e público, o que impossibilita a reprodução fiel da realidade”. No mesmo sentido, temos o entendimento de Traquina que define jornalismo como sendo

Uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma criatividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores, possivelmente do próprio dono da empresa. (TRAQUINA, 2005, p. 22)

Temos também a discussão acerca da liberdade do jornalista em seu trabalho na redação. Pois, segundo Traquina (2005, p. 25), “seria uma visão romântica imaginar que o jornalismo é a soma de todos os jornalistas a agir em plena liberdade”. O autor reconhece em sua obra uma “autonomia relativa” do profissional dessa área e ainda acredita haver condicionantes para a execução da produção jornalística.

Muitas vezes o trabalho jornalístico realiza-se em situações difíceis, marcadas por múltiplas incertezas. O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o (s), próprio (s) dono (s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a ‘promoção’ dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite. (TRAQUINA, 2005, p. 25)

A literatura da área aponta, em boa parte, o tempo como o vilão da modernização, já que o jornalista não adquiriu mais tranquilidade na sua produção de reportagens e checagem de informações. O que temos hoje são *deadlines* cada vez mais rígidos e menores. Para não perderem seus lucros diante do capitalismo da informação, alguns dos veículos de comunicação trabalham no limite temporal em detrimento da qualidade do relato jornalístico. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 135). Mesmo é o entendimento de Maia e Rodrigues que acreditam que

as novas realidades que o comunicador cria têm público imediato. Elas já estarão hoje ou amanhã nos jornais, na televisão, no rádio. Tanto no discurso histórico quanto literário, o sujeito tem tempo para checar, rever, burilar ou até reescrever, no jornalístico não – o fato é colhido no calor da emoção e o texto redigido na velocidade que as máquinas e o mercado consumidor exigem. (MAIA e RODRIGUES, 2008, p. 3)

No caso do jornalismo de segurança pública, que vamos conceituar mais profundamente na sequência desse trabalho, o problema, em algumas ocasiões, pode ser ainda mais acentuado pela gravidade de uma informação de uma ocorrência policial, por exemplo, com diferentes histórias e visões de vida, noticiada sem a devida checagem, já que o tempo de produção é curto.

Para isso, deve-se ter em mente que a clareza da exposição do acontecimento e a qualidade da informação levantada e checada são os pontos-chaves para uma matéria jornalística bem-feita (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 127). Nesse mesmo viés, estão Maia e Rodrigues (2008, p. 5), que também entendem ser um problema maior para mídias voltadas para notícias de violência. Para os pesquisadores, falta a reflexão dos conflitos sociais que geram os fatos noticiados pelo jornalismo de segurança pública, pois “as coberturas da grande

imprensa, em geral, deixam de apresentar personagens, situações, antecedentes, conseqüências e interligações entre diversos fenômenos”.

A consequência da perda do fator tempo cria a compactação na produção jornalística o que afeta substancialmente os conteúdos apresentados ao público. De acordo com Pereira Júnior (2006, p. 127), “o conflito central da narração jornalística é conciliar o projeto de produzir relatos vivos, pulsantes, aos obstáculos do tempo e do espaço de produção, dos mercados e das rotinas de trabalho.”

Outro problema a ser driblado no dia a dia da produção jornalística é a manutenção da relação de confiança com aqueles a que se destinam as matérias. Segundo Pereira Júnior (2006, p. 35), “ao comprar o periódico de sua preferência todo leitor tacitamente confia que o repórter seja sua testemunha dos fatos. O jornalista vê a ‘realidade’ em seu lugar e deverá traduzir tudo com fidelidade, respeitando o que viu”. Ele ainda assevera que

A falência da pretensão de registrar e transmitir os fatos ‘tais como são’ impõe, portanto, a dificuldade adicional de confirmar, a cada edição, que se é confiável. Uma meta de complexa realização, ante um consumidor cético com a imprensa, que vê justificada sua posição ao menor sinal de deslize – mais fáceis de flagrar quanto maior o volume de pressões que interferem nas decisões editoriais tomadas no calor de minutos. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 35)

Novamente temos a ênfase no fator tempo e nos diversos outros que interferem tanto diretamente quanto indiretamente no fazer jornalístico. Em muitos casos esses aspectos podem acabar justificando o “injustificável”, como é o caso do uso de frases prontas e de estereótipos por jornalistas em suas matérias. Para Pereira Júnior (2006, p. 152), “o desafio é escapar do estereótipo e de julgamentos sumários, sem paciência com matizes do comportamento humano”. Nada diferente entendem Maia e Rodrigues (2008, p. 4) quanto ao

trabalho do jornalista, pois para eles “se este apresentar uma visão estereotipada do real, dificilmente conseguirá fugir do discurso sensacionalista que perpassa os grandes meios de comunicação”. E, como apontam, em especial, as teorias instrumentalistas, a industrialização do jornalismo é uma das causas de maior influência para as dificuldades enfrentadas atualmente, não eximindo, contudo, a responsabilização dos profissionais, os quais devem buscar sempre antever os problemas e solucioná-los apurando de forma responsável as informações divulgadas.

Em dois séculos de imprensa industrial, estratégias de narrar histórias jornalísticas tentaram driblar as armadilhas do tempo de produção (fôlego de apuração) e do espaço de edição (comprimento/duração de reportagem). Quando menos se espera, a insistência dos incautos supera a superficialidade e o imediatismo da cobertura mecânica do dia-a-dia para lançar um lampejo narrativo que recupera a nobreza um dia sonhada pela atividade jornalística. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 128)

Essas argumentações teóricas complementares nos sugerem refletirmos que para uma produção jornalística de qualidade é necessário driblar as dificuldades do dia a dia. Passamos, assim, a analisar um dos momentos mais importantes na produção jornalística: a apuração.

2.3 A apuração da notícia

Os diálogos sugeridos pelas teorias da comunicação e do jornalismo nos mostram que muitas são as interferências existentes durante o fato e a criação da notícia. Muitas também são as trajetórias que o jornalista pode percorrer para chegar a versão final de seu trabalho. Porém, o que se discute é a existência de métodos mais éticos a serem utilizados na produção de uma matéria jornalística.

Para ser bem feita, uma reportagem requer tempo para verificação e espaço para ser apresentada. Vasta narrativa, apuração interminável: dois problemas para o jornalismo da era de escassez. O primeiro atributo, de espaço, conspira com o segundo, de tempo, contra a narração noticiosa. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 127)

Para se desvencilhar das dificuldades impostas pelo cotidiano da produção jornalística cria-se o olhar técnico sobre a realidade, portanto passa-se a noticiar o que se entende como relevante, ou o chamado “fato-padrão”. Pois, para Mouillaud (*apud* PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 25), “‘acontecimento’ jornalístico por excelência é uma versão que se tornou padrão. O fato – todo ele – é ‘fato-padrão’”. Esses recortes sobre o mundo e os acontecimentos são, portanto, representativos da força simbólica do trabalho da imprensa em muitos eixos.

Entre o acontecimento e o público, muitas camadas se intrometem. Os sentidos, o repertório do sujeito e sua vivência atuam no ato de captação das informações, que não é feito no vazio. Há também um saber prático, acumulado pela comunidade profissional, que regula o enquadramento dos eventos a ser noticiados – um certo jeito de olhar a realidade, próprio do campo jornalístico, organiza o que é relevante sobre o mundo. Os relatos noticiosos, assim encarados, são nivelados às rotinas produtivas, que moldam a mercadoria-informação para o consumo. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 27)

Tudo começa com a seleção do que deve ou não ser noticiado, ou seja, o que merece ou não ir para as páginas de jornal. Nesse sentido, Arbex (*apud* PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 29) diz que “os fatos escolhidos por determinado narrador não existem isoladamente, mas são resultado de uma série de eventos”. Por essa linha de raciocínio, complementa o autor:

A seleção de informações é parte de um muito particular processo fragmentador da realidade, cuja constatação quase nunca é possível de forma direta. O que torna a coisa toda surreal ou, por outra, ‘desreal’. A mídia lida com realidades ‘desrealizadas’: a desrealização é a realidade que se revela um conjunto de possíveis. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 28)

Importante se faz dizer que o que pode ser vislumbrado nesse “desreal” noticiado pelas mídias faz parte do que a sociedade vive hoje. A bibliografia estudada realça que, em muitas situações, a velocidade é o que importa e não a qualidade da informação.

O jornalismo nem é o único a fazer isso. Vivemos a fragmentação, o imediatismo e a fugacidade. Consumidores realidades tecnologicamente moldadas. As banalizações da crueza cotidiana provocam em nós um estranhamento do mundo por vezes intransponível. [...] Como sonho, flutuamos entre o real, imaginário e irreal e o jornalismo é talvez um motor sutil dessa operação de segunda natureza chamada desrealização. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 28)

Como forma de alertar e, ao mesmo tempo, de propor reflexões e ações mais pautadas em um trabalho mais profundo de apuração, Maia e Rodrigues argumentam que

Para construir este real é preciso observar como ocorre o processo de captação, etapa essencial na construção da notícia. Ao ser respaldado por um método de investigação, o sujeito-jornalista - que justamente por ser sujeito é falível -, adquire maior respaldo para a sua atividade profissional. Ao definir suas fontes e referências de trabalho, o jornalismo começa a dar sentido à realidade, que não pode ser apreendida de maneira global. (MAIA e RODRIGUES, 2008, p. 4)

Apesar de haver pretexto para a existência de uma produção jornalística em alta velocidade, que, por consequência, deixa a desejar quanto ao conteúdo noticiado, pode ser observada também a criação de um método de apuração que deixa transparecer que o jornalista parte em busca das informações já com uma construção prévia da reportagem e, sendo assim, com a expectativa de apenas confirmar aquilo que lhe parece ser o caminho mais correto ou a angulação mais adequada. Trabalhamos, então, com a hipótese de que esse tipo de atuação sugere uma intervenção demasiada dos valores preexistentes do jornalista acerca do fato a ser “contado” na matéria.

Existem, porém, passos a serem seguidos pelos jornalistas para que não caiam em armadilhas de uma apuração mal executada. Cremilda Medina indica qualidades de uma narrativa comprometida com o destinatário das informações. Para ela, o jornalista deve: humanizar o fato sem utilizar de teses feitas e informações dogmatizadas; introduzir cidadania a sua matéria; Noticiar acontecimentos verdadeiros; e que tenham identificação com aqueles a quem se destina a narrativa. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 144)

Caso esses passos sejam observados e respeitados na construção da notícia para
Maia e Rodrigues

Ao leitor é apresentado um universo mais complexo, com descrições de sentimentos, idéias e ações em um sentido diverso ao formulado pelas narrativas esquematizadas presentes nas reportagens usuais dos meios convencionais. E isso só ocorre como resultado de uma apuração mais consistente e aprofundada. (MAIA e RODRIGUES, 2008, p. 5)

Vimos e refletimos até esse momento que a velocidade e muitas outras dinâmicas de mediação do trabalho jornalístico interferem nos processos de construção da realidade por meio das notícias, assim como são sugestivas de grandes desafios a serem superados pelos profissionais de imprensa. Os jornalistas, muitas vezes, buscam simplificar seu trabalho com a divulgação de informações sem a devida apuração. Outro erro frequente é a utilização de estereótipos criados *a priori* revelando preconceitos do profissional do jornalismo ou a simples absorção e reprodução de discursos institucionais carregados, da mesma forma, de estigmas. Mas como acontece a criação desses estereótipos? Algumas respostas a essa pergunta serão desenvolvidas no próximo capítulo.

3 A FORMAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS NA SOCIEDADE: O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E A TEORIA DA ROTULAÇÃO

Nesse capítulo, buscamos, a partir do modelo da Escola de Chicago, apresentar a ideia do interacionismo simbólico e sua derivação na Teoria do Etiquetamento ou “*labelling approach*”. Com essas ideias vamos entender melhor a construção social do estigma.

Partiremos da problemática conceitual de “quando uma ação vira crime”, assim como reconheceremos a importância da tradicional Escola de Chicago na formulação dos principais pensamentos que norteiam os processos interacionistas.

Desenvolvidos esses pensamentos ficamos mais próximos do objeto deste trabalho: A Teoria do Etiquetamento dentro da produção jornalística. E ao chegarmos neste ponto, torna-se crucial a discussão do papel do jornalista e sua condição de ator social, sendo este sujeito às intervenções e às influências dos diferentes contextos sociais.

3.1 Quando uma ação vira crime

Todas as sociedades criam regras e buscam a partir delas impor uma organização social. Para isso, estabelece o que seria “certo”, e em consequência, o que seria “errado”. Portanto, caso determinada pessoa que faz parte de um grupo cometa ação considerada “errada” será vista como desviante, ou outsider – termo utilizado por Howard Becker².

² Sociólogo norte-americano da Nova Escola de Chicago foi representante do interacionismo simbólico e expoente nos estudos da “*labelling approach*”. Sua principal obra foi “*Outsiders*”, publicada em 1963.

A realidade empírica de uma sociedade estabelece os comportamentos adequados a partir da repetição, que se transforma no chamado “padrão” e através da coerção social cria meios de perseverar seu modelo bem como estabelecer as margens da normalidade.

Muitas dessas atitudes podem nem ser nominalmente crimes, tipificadas no código penal, porém são em diferentes proporções colocadas como fora do comum desejável, para aqueles que pertencem a uma sociedade.

A partir dessas ideias sociólogos da Escola de Chicago passaram a analisar fatos corriqueiros para explicarem o fenômeno na criminalidade. O que eles perceberam foi uma construção social do crime (desvio) e do criminoso (desviante).

Uma característica importante do trabalho dos sociólogos de Chicago foi a de terem reunido dados estatísticos e qualitativos que evidenciavam que o crime era um produto social do urbanismo, o que representou um novo enfoque teórico, pois, até então, as causas da criminalidade eram explicadas por diferenças individuais, biológicas (positivismo biológico) e psicológicas (positivismo psicológico). (FREITAS, 2004, p. 54)

Nesse ínterim, a Escola de Chicago inaugurou uma nova forma de pensar do evento da criminalidade, em contraposição à ideia de que “o ato desviante ocorre porque alguma característica da pessoa que o comete se torna necessário ou inevitável que ela o cometa”. (BECKER, 2008, p. 17) Como pensava Cesare Lombroso, um dos maiores expoentes do positivismo biológico, portanto seu entendimento era de que o criminoso é aquele que possui predisposições fisiológicas. Assim como Lombroso, vários estudiosos compartilhavam de um pensamento preconceituoso pautado nas ciências biológicas.

Antes da Escola de Chicago, em razão do prestígio das ciências biológicas, o que se devia em grande parte às descobertas de Charles Darwin, muitos biólogos, sociólogos e a maioria do público acreditavam que as favelas urbanas eram uma consequência de um determinismo biológico decorrente do acasalamento entre pessoas portadoras de genes defeituosos. Assim, o entendimento dos sociólogos de Chicago de que a miséria, a doença e a criminalidade encontradas nas favelas urbanas seriam produto da desorganização social e não de um determinismo biológico era inovador, pois se contrapunha à visão até então prevalente. (FREITAS, 2004, p. 77 e 78)

A ideia central da Escola de Chicago, portanto, era colocar como determinante para a existência da criminalidade a desorganização social.

Mais genericamente, a desorganização social se refere a uma situação em que há pouco ou nenhum sentimento de comunidade, relações são transitórias, níveis de vigilância da comunidade são baixos, instituições de controle informal são fracas e as organizações sociais ineficazes. Diversamente de uma comunidade organizada, onde a solidariedade social, a cooperação entre vizinhos e a ação harmoniosa se juntam para resolver problemas comuns, áreas socialmente desorganizadas têm muitos valores morais em competição e conflito. (MARK LANIER e STURT HENY *apud* FREITAS, 2004, p. 77)

A importância da Escola de Chicago estava nas estratégias criadas por seus sociólogos que iam além da definição do problema para apontar soluções a fim de excluir a criminalidade. Exemplo disso são as ideias de Clifford Shaw e Henry McKay, do início da década de 1930.

Shaw e McKay, considerando que a desorganização social das áreas pobres era a principal causa da criminalidade, concentraram-se em maximizar a capacidade destas áreas de mobilizar seus recursos de controle social, ou seja, a principal missão dos residentes destas localidades seria a tomada de iniciativas visando criar vínculos entre jovens socialmente desmotivados e, também, buscar fontes para promoção de seu bem-estar, pretendendo, com estas ações, a redução da criminalidade em nível local. (FREITAS, 2004, p. 61)

Nasceu dessa forma o trabalho de campo da Escola de Chicago que fez da cidade de Chicago seu grande laboratório social. O ponto de partida para o trabalho de campo desenvolvido pelos sociólogos foi a teoria ecológica. Para essa teoria “a criminalidade não é determinada pelas pessoas, mas pelo grupo a que pertencem”. (FREITAS, 2004, p. 66) Portanto, é fundamental as nossas reflexões nessa pesquisa, o indivíduo sofre influência da sociedade na qual está inserido.

A perspectiva ecológica considera que o comportamento humano é modelado pelas condições sociais presentes nos meios físico e social, condições estas que limitam o poder de escolha do indivíduo. As pessoas são vistas como conformistas, pois agem de acordo com os valores e normas do grupo. (FREITAS, 2004, p. 68)

Dessa forma, a Escola de Chicago reconheceu a existência de um modelador social das atitudes das pessoas o que gerava a ocorrência da criminalidade e a maneira encontrada para a diminuição desta seria por meio de políticas públicas preventivas. (FREITAS, 2004, p. 86)

Importante é reconhecer que a dinâmica social observada por sociólogos no início do século XX e a saída encontrada por eles são vislumbradas em grande parte dos bairros de nossa cidade em pleno século XXI. Exemplo disso foi a sugestão de Robert Park, sociólogo da Escola de Chicago, de construir *playgrounds*, que seriam áreas de lazer, para possibilitar a criação do que ele chama de “vínculos positivos” desde a infância. Essa ideia é da década de 1920 e surgiu quando Park observou que a família, com as condições da vida urbana, deixou lacuna na formação dos jovens uma vez que os lares se tornaram meros dormitórios. (FREITAS, 2004, p. 87)

A Escola de Chicago muito sofreu com as críticas acerca do termo “desorganização social” ou mesmo sua forma ecológica de comparar a sociedade humana com plantas. No entanto, até hoje as ideias da Escola de Chicago são importantes para a

criminologia, já que forneceu dados suficientes para a criação de várias teorias que estudam a criminalidade no contexto social.

Muito relevante nos estudos da Escola de Chicago foi a corrente do Interacionismo Simbólico, criada a partir do trabalho de George Herbert Mead. Essa pregava a “perspectiva criminológica cuja ideia central é que os significados surgem da interação” (FREITAS, 2004, p. 109). Sua ideia foi precursora das teorias culturais e subculturais.

Os argumentos de Sutherland sobre conflito normativo e o conteúdo do que é aprendido são a base para as teorias culturais e subculturais, aí incluída a **teoria do rótulo ou etiquetagem (labeling theory), que percebe o crime como um processo social, sendo a conduta desviante aquela que as pessoas assim rotulam**. O interacionismo simbólico foi popularizado e desenvolvido por estas teorias culturais e subculturais, merecendo destaque os nomes de Howard Becker, Edwin Lemert, Kai Erikson, John Kituse e David Matza. (FREITAS, 2004, p. 110) [Grifo nosso]

Conforme visto, a Teoria do Etiquetamento ou “*labelling approach*”, desenvolvida por sociólogos da Escola de Chicago, dentre eles Howard Becker, tem como base a corrente do Interacionismo Simbólico. E é sobre ela que o próximo subtópico se refere.

3.2 A Teoria do Etiquetamento ou “*labelling approach*”

O “*labelling approach*” é produto das ideias do Interacionismo Simbólico e é conhecido na doutrina também como teoria do etiquetamento, rotulação, paradigma do “controle” ou da “definição”. Criada entre as décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos teve vários sociólogos como seus difusores, todos pertencentes à chamada “Nova Escola de Chicago”. (ANDRADE, 2003, p. 39)

Vale destacar o significado do “*labelling approach*” para Winfried Hassemer

O labelling approach significa enfoque do etiquetamento, e tem como tese central a idéia de que a criminalidade é resultado de um processo de imputação, a criminalidade é uma etiqueta, a qual é aplicada pela polícia, pelo ministério público e pelo tribunal penal, pelas instâncias formais de controle social. O labeling approach remete especialmente a dois resultados da reflexão sobre a realização concreta do Direito: o papel do juiz como criador do Direito e o caráter invisível do ‘lado interior do ato. (HASSEMER, 2005, p. 101-102)

Hassemer explica a importância do papel do juiz na “leitura” do caso concreto, uma vez que a lei não pode ser aplicada de forma mecânica. Portanto, o juiz tem o poder de contemplar, aperfeiçoar e corrigir a lei. Em contrapartida, o Ministério Público, a polícia e o tribunal, sob a ótica da teoria do etiquetamento, devem adotar medida distinta em suas operações, ou seja, devem se ater à letra da lei, pois “eles não retiram (nem podem retirar), de modo independente, a etiqueta de ‘criminoso’ da lei, mas de suas próprias noções de limite entre o comportamento criminoso e o não-criminoso” (HASSEMER, 2005, p. 103).

O ponto de partida para a visualização da ideia do “*labelling approach*”, de acordo com o entendimento de Baratta, é o significado de criminalidade segundo a ação do sistema penal, uma vez que é ele “que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (política, juízes, instituições penitenciárias que as aplicam)”. (BARATTA, 2002, p.86)

Isso se deve da necessidade de também se olhar o sistema criado pelo “*labelling approach*” de seu fim. As consequências incorporadas por aqueles que sofrem pela chamada “violência simbólica” decorrente dessa teoria são muitas. Segundo Bourdieu, violência simbólica é aquela “que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com a frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la”. (BOURDIEU, 1997, p. 22)

Portanto, pela visão jurídica, por exemplo, entende-se que os produtos do “*labelling approach*”, ou seja, da rotulação, a qual é realizada por processos de interação social discriminatórios e seletivos são: o desvio e a criminalidade. Andrade compreende que

o desvio e a criminalidade não são uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica preconstituída à reação social e penal, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é, de processos formais e informais de definição e seleção. (ANDRADE, 2003, p. 41)

Estudioso no assunto de rótulos e estereótipos na sociedade, Erving Goffman desenvolveu uma análise do que chamou de estigma. Em sua obra, ele define estigma como sendo “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p. 13). Não quer dizer que seja uma definição positiva ou negativa do estigmatizado, mas sim uma referência deste com relação a um modelo.

A análise parte do pressuposto de que a sociedade moderna evidencia que as desigualdades sociais são motivadoras para o etiquetamento; por isso, o “*labelling approach*” afirma que a criminalidade não é inerente ao ser humano, mas sim produto inventado, sendo os detentores do poder os direcionadores dos holofotes para os sujeitos da parcela da sociedade a ser estigmatizada. (BARATTA, 2002, p. 88)

O maior expoente do “*labelling approach*” foi Howard Becker, sendo sua obra “*Outsiders*”, reconhecida como obra central da teoria do etiquetamento. Nela, Becker define a teoria como um instrumento utilizado pelo sistema penal para o exercício do controle social, estipulando o agente “desviante”.

O autor explica também a forma de criação das regras sociais e como elas são impostas em determinados momentos. Essas regras são definidoras de padrões de comportamento, ou seja, pontuam o certo e o errado, sendo que quando um indivíduo infringe uma regra é visto pelos demais do grupo como “*outsiders*” (BECKER, 2008, p.15).

Ele percebeu em sua pesquisa que o senso comum é um fator determinante para a apreciação do agente desviante. De acordo com o estudo de Becker (2008, p. 16), foi necessário um recorte no universo de regras existentes na sociedade, pois muitas delas não possuem valor impositivo. Eram de seu interesse apenas as regras em sentido formal, ou seja, aquelas que pertencem a um determinado grupo e os indivíduos que não as respeitam recebem o estigma de desviantes. Acerca desse contexto de criação do julgamento do que seja desvio e desviante o autor observou que

diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes. Isso deveria nos alertar para a possibilidade de que a pessoa que faz o julgamento de desvio e o processo pelo qual se chega ao julgamento e à situação em que ele é feito possa todos estar intimamente envolvidos no fenômeno. À medida que supõem que atos infratores de regras são inerentemente desviantes, e assim deixam de prestar atenção a situações e processos de julgamento, a visão de senso comum sobre o desvio e as teorias científicas que partem de suas premissas podem deixar de lado uma variável do processo de julgamento, talvez, com essa omissão, limitem os tipos de teorias que podem ser desenvolvidas e o tipo de compreensão que se pode alcançar. (BECKER, 2008, p. 17)

É necessário lembrarmos das “cifras negras”, um fenômeno que representa o número real de crimes cometidos e não apenas aqueles que aparecem nas estatísticas oficiais. Não há quem nunca tenha praticado crime, em contrapartida, trabalhamos com a hipótese de que uma parcela pequena de todos os crimes cometidos é investigada e efetivamente vira processo judicial com repercussão de condenação criminal. Portanto, nosso sistema penal seria seletivo e, em boa parte das vezes, o determinante para ser etiquetado não é a conduta, mas sim a situação do agente na pirâmide social. O julgamento ocorre conforme o estereótipo do criminoso, o qual é ratificado pelo sistema penal.

Nesse sentido, algumas teorias acerca do estereótipo do criminoso em grandes centros brasileiros são úteis as nossas pretensões de fortalecer e de buscar respostas À

problematização conceitual referente à formação do estigma na sociedade e a sua reprodução por diferentes agentes sociais, entre eles os jornalistas.

3.3 O estereótipo do criminoso brasileiro

O medo é a principal arma para a dinâmica de controle social, e sua utilização dá espaço para um autoritário domínio do campo ideológico de uma população. Segundo Batista (2003, p. 26), “sociedades assombradas produzem políticas históricas de perseguição e aniquilamento”.

Por isso, o medo é individualizado e direcionado a uma determinada parcela da sociedade. O medo que aqui se desenvolve é quanto ao crime, mais precisamente ao agente criminoso. A partir da constatação da existência do crime e do agente que delinque, passa-se a criar uma forma rígida de visualização desse agente, forma esta chamada de estereótipo. Mas de onde nasceu o estereótipo do criminoso brasileiro? Essa resposta vamos encontrar conhecendo mais de nossa herança cultural.

No Brasil a difusão do medo e do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação sócio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista sócio-econômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas. (BATISTA, 2003, p. 21)

Nesse sentido, tem-se o direcionamento do medo às massas empobrecidas, fruto do fim da escravidão no país. Sidney Chalhoub (*apud* BATISTA, 2003, p. 37), em seu estudo acerca das “operações policiais” da segunda metade do século XIX, conclui que foi nessa época a criação do conceito de classes perigosas. Sendo elas constituídas dos pobres, negros, que vivem nas favelas. E para seu aniquilamento, foram criadas, há séculos atrás, políticas rígidas de policiamento. Nada diferente foi a conclusão do estudo de Cecília Coimbra a partir de pesquisas realizadas na década de 1990, na cidade do Rio de Janeiro. Ela relatou ser o perfil do criminoso especificamente do crime de tráfico de drogas o “homem pobre, preto ou pardo, entre 18 e 24 anos, morador de periferia, que não chegou a terminar o primário e é morto em logradouro público”. (*apud* ANDRADE, 2007, p. 167)

O conceito de classe perigosa dava o fundamento teórico para o grande debate pós-abolição. A relação trabalho/ociosidade/criminalidade enriquecia o debate parlamentar por uma lei de repressão à ociosidade. Estavam presentes nesse debate os mesmos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia para as primeiras décadas do século XX. A preocupação principal de garantir que, com a abolição da escravidão, os negros continuassem sujeitos ao trabalho, criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como suspeitos preferenciais. (BATISTA, 2003, p. 38)

Assim como o surgimento do estereótipo do criminoso brasileiro utilizou o pensamento preconceituoso da pós-escravidão, a criação do direito penal gerou um sistema “genocida, cúmplice das agências do Estado Imperial – burocrata no processo de homicídio, mutilação e tortura da população afro-brasileira”. (BATISTA, 2003, p. 35).

Tomando como base que a polícia tem como fundamento para a legalidade de suas operações o sistema penal, não se pode esperar uma atuação policial divergente aos preceitos elitistas do sistema do qual faz parte. Isso era uma verdade no passado e pode ser vista até hoje.

No Rio de Janeiro do século XIX, o chefe de polícia Eusébio de Queiroz apontava a escravidão como limitação à adoção de políticas mais modernas de policiamento urbano. Propõe então o confinamento dos escravos nas fazendas e o rígido controle de seus deslocamentos. Para [Gizlene] Nader, nem o fim da escravidão e nem a República romperam com o legado da fantasia absolutista do controle social, da obediência cadavérica. A atuação da polícia nas favelas cariocas nos dias de hoje é a prova deste legado. (BATISTA, 2003, p 32)

Nesse ínterim, o tema central dessa análise começa a tomar corpo, pois a verdadeira indagação é: quem contribui para a difusão desse estereótipo criado? A resposta a essa pergunta não é única, porém, nos sustentamos noutra hipótese de que uma das pistas está na Mídia. Questão aprofundada pelo próximo tópico.

4 COMUNICAÇÃO E ESTIGMA

Os meios de comunicação possuem uma máxima que é informar. Porém, a análise do que informar e como informar passa a ser relevante também quando reconhecemos ser um trabalho realizado por pessoas que trazem uma bagagem cultural consigo.

Por isso, a imprensa, como instrumento social, deve ser compreendida como canal estratégico para a construção e difusão de ideias. E essas atribuições se complexificam ainda mais quando falamos e reconhecemos as possibilidades de os rótulos estarem presentes, de alguma forma, no manuseio das informações.

É nessa direção de raciocínio que agregamos as contribuições reflexivas do discurso do chamado “jornalismo de segurança pública”, o qual historicamente é tido como editoria menor dentro da hierarquia da imprensa.

Assim, vamos buscar desvelar algumas impressões conceituais e práticas acerca dos rótulos jornalísticos que podem se constituir na cobertura da segurança pública.

4.1 A mídia como difusora do rótulo

O processo de construção da produção jornalística vai além do texto apresentado no papel, porque existe uma relação íntima entre: o fato real; a expressão jornalística, que descreveu o fato; e, a reação da coletividade diante da leitura dessa descrição. Por essa perspectiva, tem-se que o enunciador reelabora o real. (MAIA e RODRIGUES, 2008, p. 2)

Trabalhamos, então, com a hipótese de que, desde a confecção da pauta até o fechamento da edição, uma série de rótulos é utilizada nas escolhas jornalísticas. Já que “o resultado final do que se publicou como realidade é, antes de tudo, um retrato, particular, porque ainda assim coletivo” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 32). Sendo assim, é importante entender a causa dessa reprodução de padrões sociais dentro da mídia. Para Nilson Lage, a resposta está na aceitação social das matérias que apresentam ideias do senso comum.

Tais modelos estão prontos; sua aceitação é garantida. Por isso, bastam alguns pontos em comum para que se funde um reconhecimento. É por esse meio que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre o que há um consenso ideológico. (NILSON LAGE *apud* PENA, 2005, p. 95)

A utilização de rótulos na produção jornalística seria, portanto, consequência da existência de conceitos pré-concebidos pelos que produzem as notícias, porém “o pecado ético do jornalista não é trazer consigo convicções e talvez até preconceitos. Isso todos temos. O pecado é não esclarecer para si e para os outros essas suas determinações íntimas, é escondê-las, posando de ‘neutro’”. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 38)

O que se discute é a transparência do jornalista, assim como do veículo de comunicação para o qual este trabalha. Uma vez que se vende produto jornalístico sem descrever quem está construindo aquela realidade, crê-se que o jornalismo é a reflexão da realidade (Teoria do Espelho), o que, pelo já debatido, não seria verdade.

Talvez fosse mais honesto se os meios de comunicação publicassem o perfil de cada um de seus jornalistas. Pelo menos, o público teria uma pequena noção de quem são os construtores da notícia. E os profissionais da imprensa deveriam fazer uma autocrítica em busca de seus próprios conceitos e “pré-conceitos”. (PENA, 2005, p. 95)

O que a teoria nos sugere refletir é que os jornalistas devem, antes de tudo, conhecer suas convicções, pois apenas dessa forma seu trabalho será executado com maior clareza e qualidade. No tempo em que as grandes empresas de comunicação detêm o poderio da “verdade”, o jornalista, como agente individual, deve aprimorar sua produção com uma melhor verificação da informação, a fim de que não caia nas armadilhas dos rótulos sociais.

Vale lembrar que esse problema se agrava quando se trata de jornalismo de segurança pública, uma vez que a repercussão do fato geralmente é maior assim como o reflexo dos rótulos colocados nos indivíduos presentes nas notícias.

4.2 O discurso da mídia de segurança pública

A mídia de segurança pública sempre foi lembrada pela máxima “violência vende”, porém essa não pode mais ser a justificativa para o mau jornalismo e a crítica genérica e pessimista direcionada à mídia, visto que a realidade da cobertura de violência e da criminalidade atualmente se esforça para ser outra. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 17)

Esta crítica deriva de uma ideia construída, há anos, acerca do jornalismo até então “policia”, sempre desvalorizado entre as editorias. “Historicamente, a reportagem policial tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais, e costumava ser delegada a profissionais menos preparados do que os de setores considerados ‘sérios’, como o de cobertura política” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 15).

Nesse sentido, as pesquisadoras ressaltam, ainda, que no início do “jornalismo policial” pouco havia de modificação entre as matérias. Os personagens tinham seus lugares

definidos e o que predominava era a elevação da figura do agente do Estado. Fosse ele, policial ou delegado, nas matérias ganhava *status* de “mocinho”.

As nuances eram poucas: de um lado estava o bandido, o inimigo; de outro, a polícia. Esta, de um modo geral, era exaltada: as declarações e as atitudes de delegados e de outros policiais costumavam ser destacadas e com frequência, ganhavam conotação positiva, por mais questionáveis que pudessem ser. (Fernando Molica *apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p. 28)

Embora as autoras ainda considerem que são muitos os desafios de uma cobertura mais aprimorada na área, elas enfatizam que, com o passar do tempo, esse trabalho foi agregando valores sociais importantes na tentativa de melhorar o seu conteúdo.

a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980, o fenômeno da violência urbana se multiplicou e se tornou mais complexo (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 15)

Nesse processo de aprimoramento do trabalho nesse setor, hoje, jornalistas e pesquisadores buscam refletir sobre a expressão “Jornalismo de Segurança Pública”, em substituição ao tradicional “Jornalismo Policial”.

a expressão “jornalismo policial” não reflete mais as necessidades de reposicionamento do trabalho de apuração dos acontecimentos na segurança pública. Dessa forma, sugerimos reflexões acerca do “jornalismo de segurança pública”, que nos apresenta, de imediato, uma problematização conceitual a ser investigada diante dos protocolos que envolvem a profissão. (BEDENDO, 2012, p.2-3)

Para Bedendo (2012, p.3), a terminologia “Jornalismo de Segurança Pública” abrange “investigações mais profundas sobre o fazer jornalístico na área, em especial no que diz respeito aos processos cognitivos dos atores, no caso jornalistas e fontes do setor.” Portanto, essa nova visão vai de encontro à superação das simplificações da realidade para ir além do noticiar, pois apenas assim o jornalismo cumpre seu *múnus* público.

a violência que o país vive pode ser retratada em suas mais diversas camadas e possibilita evitar vícios como a simplificação “mocinho” e “bandido”, em que policiais encarnam o papel de “heróis” em uma terra sem-lei; a discriminação com pessoas de diferentes etnias e/ou vinda de bairros periféricos; opiniões favoráveis a penas de tortura e morte aos presos; acusações contra pessoas que ainda são suspeitas; imagens com propósitos exclusivamente apelativos. (MAIA e RODRIGUES, 2008, p. 5)

É então que nos remetemos a uma das facetas que o jornalista pode assumir no exercício da sua profissão: o “cão de guarda’ das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2005, p.85). O jornalismo possuiria, para o autor, uma função de policiamento da sociedade:

O policiamento da sociedade assume diversas formas. Leva a comunidade jornalística a focar a sua atenção sobre a corrupção, os procedimentos legais, os direitos humanos. Envolve os jornalistas numa política de “policiamento informativo”, através da obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública. (TRAQUINA, 2005, p.85)

Nada diferente acontece no jornalismo de segurança pública, pois muitas vezes é apenas com a atitude da mídia de pautar e apurar um determinado acontecimento que este passa a ser investigado pela polícia ou autoridade competente.

A imprensa sempre teve esse papel de deflagrar processos e descobrir informações, mas eu acho que no Brasil ele é muito mais valorizado justamente pela falha dos outros sistemas. Como a polícia não funciona é só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando (ANDRÉ LUIZ AZEVEDO *apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p.21-22)

A crítica que se faz ao jornalismo de segurança pública hoje é quanto a forma de exposição do fato noticioso, uma vez que algumas matérias não trazem reflexões acerca das causas e consequências dos fatos noticiados. Portanto, alguns jornalistas continuam procurando o caminho mais fácil, enquanto o desafio mora no inesperado.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 25)

Um dos grandes desafios ainda existentes seria, então, o de reconhecer que a mídia responsável por divulgar sobre segurança pública habitualmente noticia crimes como se o seu papel jornalístico se resumisse a esperar o fato criminoso acontecer para encher as páginas dos jornais de notícias violentas. E quando isso acontece, os jornalistas, mediados por inúmeros fatores sociais e institucionais, tomam partido de quem está com a razão? Existe etiquetamento do agente criminoso no jornalismo de segurança pública? Esse é o assunto do próximo sub-tópico.

4.3 A teoria do etiquetamento na produção jornalística de segurança pública.

A pesquisa realizada por Silvia Ramos e Anabela Paiva com diversos profissionais da área do jornalismo de segurança pública de jornais brasileiros sugeriu existir *mea culpa* da imprensa com relação à possível cobertura estigmatizante, em especial quando o assunto relaciona-se com periferias e favelas. De acordo com a análise das autoras, a maioria dos jornalistas dessa área reconhece que os veículos de comunicação possuem grande responsabilidade pela ideia de que esses locais são simplesmente violentos. Outro equívoco apontado foi a disparidade encontrada entre a quantidade de matérias relacionadas à criminalidade se comparada ao número de matérias de cultura, esporte e economia nas quais essas comunidades possam estar inseridas. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 77)

Os repórteres admitem as deficiências da cobertura e afirmam que é necessário estabelecer novos canais de diálogo com as comunidades pobres. No entanto, citam várias dificuldades para justificar essa ausência – desde a falta de fontes legítimas e independentes até a recepção negativa que encontram por parte dos moradores. Vários jornalistas, na maioria do Rio de Janeiro, descreveram reações de hostilidade por parte dos habitantes das favelas. Em geral, os xingamentos e as ameaças recaem sobre a imprensa quando ela acompanha operações policiais. ‘Eles acham que nós é que estamos levando a polícia lá’, acredita Alexandre Arruda, repórter de O Dia. A jornalista Mônica Puga, do SBT, lembra que a imprensa tinha no passado um relacionamento predominantemente amistoso com as comunidades, fácil acesso e, em alguns casos, era considerada a voz da população. ‘Hoje, os jornalistas são recebidos como alcagüetes’. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 77)

Portanto vê-se que ocorreu uma mudança de comportamento da população das favelas e periferias com relação aos profissionais do jornalismo de segurança pública. Essa alteração de conduta dos moradores criou um “muro virtual”, como é chamado por Caco Barcellos, que é jornalista da TV Globo e ainda aponta uma solução para o problema.

Mesmo que seja complicado, é necessário driblar as regras ou as limitações dessa cobertura. Os moradores dos morros adoram receber jornalistas. Se a imprensa do Rio freqüentasse as comunidades com a mesma naturalidade como freqüentam Ipanema, Leblon e Copacabana, os bairros nobres do Rio, deixaria de existir essa coisa de cidade partida que muita gente fala. Mas as pessoas têm medo de ir até as favelas.

Temos que refletir sobre esse medo. O que nasceu primeiro? Esse muro virtual existe porque eles construíram ou fomos nós que o construímos? Acho que fomos nós. Tenho certeza de que não estou exagerando. Nós temos uma imprensa maravilhosa, capaz de produzir textos de alta qualidade, brilhantes, mas que na cobertura do universo da minoria não tem a mesma eficácia, o mesmo brilho. É impossível cobrir direito um universo se você não o freqüenta. É preciso estar perto das pessoas. Não bastam a internet, as fontes de pesquisa. Estas são fundamentais, mas são acessórios. O jornalista tem que estar perto das pessoas. (CACO BARCELLOS *apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p. 85)

Nesse sentido tem-se, ainda, esse desafio de mudar a cobertura do jornalismo de segurança pública. Para Jailson Souza de Silva, que é coordenador-geral do Observatório de Favelas no Rio de Janeiro, os erros dessa cobertura “começam pelos pressupostos. Se não conseguirmos mudar os valores que orientam o olhar da mídia sobre os setores populares, dificilmente conseguiremos avançar em direção a uma cobertura mais equilibrada”. (*apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p. 93)

Jailson toca no ponto crucial do etiquetamento do agente criminoso explorado pelo jornalismo e demonstra a necessidade da visualização da diversidade existente nas comunidades.

É preciso também perceber a diversidade da população e das práticas sociais presentes nas favelas. Os jornalistas, em geral não registram a variedade de situações sociais, culturais e econômicas contidas nestes grupamentos. Eles, em geral, trabalham com o estereótipo do morador da favela, percebido como negro, analfabeto e miserável, nos termos dos moradores dos anos 50. Esta geração não contempla a realidade. Moram nas favelas desde famílias muito pobres até outras com um padrão financeiro e cultural típicos dos setores médios. . (JAILSON SOUZA E SILVA *apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p. 93-94)

A partir do momento que os próprios jornalistas percebem a deficiência de sua produção iniciará a caracterização da inevitável mudança, para a qual, segundo Jailson Souza Silva “exige que o jornalista decida se quer construir um mundo de cidadãos ou apenas de consumidores”. (*apud* RAMOS e PAIVA, 2007, p. 94)

Nesse mundo, provavelmente uma reportagem sobre um jovem branco, de classe alta, que anda de carro importado e tenha praticado um crime violento não terá o mesmo valor de uma matéria de crime praticado por um negro, pobre, que anda de ônibus.

5 Elementos da Teoria do Etiquetamento nas capas do jornal *Meia Hora de Notícias*

Antes da verificação das capas do jornal *Meia Hora* é importante situarmos as características do jornalismo que vamos analisar. Em primeiro plano temos a problemática conceitual entre jornalismo popular e jornalismo sensacionalista. Geralmente suas definições são confundidas, e, por isso, torna-se necessário diferenciá-los.

O jornalismo popular utiliza de formas narrativas diferentes para informar. É comum visualizarmos características melodramáticas, grotescas e folhetinescas nesse segmento (AMARAL *apud* DAMASCENO, 2013, p.35). Marcia Franz Amaral aponta qual deveria ser o objetivo desse tipo de jornalismo.

O jornalismo popular, pensado do ponto de vista da sua qualidade e de sua relação com os valores mais nobres da atividade, deve dedicar-se a produzir informações e conhecimentos sobre os fatos cotidianos do mundo que sejam de interesse da maioria, de maneira clara e contextualizada, de um ponto de vista que busque a atenção do leitor localizado em determinados estratos sociais. Os temas dos direitos sociais passam a ser prioritários e as temáticas que envolvem o entretenimento devem ser secundárias. (AMARAL, 2010)³

De acordo com os estudos de Amaral, o jornalismo popular no Brasil cresceu a partir de 1994, na época do Plano Real. Neste tempo, ocorreu a descoberta de um novo mercado consumidor pelas empresas jornalísticas e conseqüentemente um aumento na venda de jornais com esse perfil editorial. (AMARAL,2010)

Em contra partida, a última pesquisa dos maiores jornais do país, divulgada pela Agência Nacional de Jornais (ANJ)⁴, no meio do ano de 2013, consagra a ideia de que jornais

³ Disponível em: <http://bloghoradecomunicar.blogspot.com.br/2010/06/entrevista-com-marcia-franz-amaral.html>. Acesso em: 24/01/2014

⁴ Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 24/01/2014

sensacionalistas estão perdendo espaço no atual mercado brasileiro. De acordo com a pesquisa, o *Super Notícias* (MG), jornal de cunho popular, que em 2011 era o maior jornal de circulação do país caiu para a segunda colocação em 2012.

O *Extra* (RJ) caiu da terceira para a quinta posição em 2012 e o jornal *Meia Hora* (RJ) estagnou na décima colocação do *ranking* entre os anos de 2011 e 2012, porém teve queda no valor absoluto de venda.

Portanto, observamos uma queda na venda de jornais populares/sensacionalistas no Brasil. Para Amaral (2010), “pode-se levantar a hipótese de que a fórmula sensacionalista - com linguagem chula e notícias inventadas, sem prestação de serviço e priorizando a cobertura do entretenimento - não tem interessado o público das classes C e D.”

Esbarramos, dessa forma, no segundo conceito a ser definido: o sensacionalismo. Amaral (*apud* DAMASCENO, 2013, p.34) esclarece que esse conceito, normalmente utilizado para definir jornalismo popular, é generalista, uma vez que é sensacionalista qualquer jornal que tem por finalidade causar sensações.

A distinção, segundo Amaral (*apud* DAMASCENO, 2013, p.34), entre jornais ditos “sensacionalistas” e jornais “sérios” é a intensidade com que as matérias são apresentadas. Os fatos presentes nas manchetes não serão pormenorizados nas páginas internas do periódico.

A ocorrência dessa prática se dá pelo processo de espetacularização que vivemos. Citando indiretamente Figueiredo e Luz, Damasceno (2013, p.34) esclarece tal problemática. “Para os autores, nossa sociedade valoriza mais a imagem e o simulacro do que o próprio real.” Por isso, jornais sensacionalistas fazem fatos corriqueiros se tornarem eventos midiáticos.

Das páginas sensacionalistas dos jornais às revistas de fofocas com celebridades e à heterogeneidade da programação televisiva, a massa busca um espetáculo que a divirta e ao mesmo tempo a integre, ainda que imaginariamente no espaço público – espaço, como se sabe, historicamente difícil de se constituir num país como o Brasil, cujas elites sempre sufocaram o Estado e a república com seus interesses privados (SODRÉ e PAIVA, 2002, p.110). (...) Márcia Amaral (2006) entende que o entretenimento gerado por esses jornais ‘está intimamente ligado (aos conceitos) da sensação e da emoção’ (p.5), ou seja, o grotesco permite ao novo jornal popular entreter ao mesmo tempo em que informa. Ou seja, tornando um fato grotesco, o jornal permite ao leitor tomar conhecimento dos fatos através de uma leitura fácil e que se aproximaria do romance. (FIGUEIREDO; LUZ, *apud* DAMASCENO, 2013, p.34)

Nesse sentido temos que jornalismo sensacionalista e popular são conceitos distintos e sua generalização é um equívoco, do qual devemos nos afastar. Quando se utiliza da intensidade para informar temos o jornalismo popular sensacionalista.

Baseando-nos nesse pensamento teórico, trabalhamos com a hipótese do jornal *Meia Hora* se enquadrar em uma linha editorial popular-sensacionalista, sendo que a presente análise busca encontrar indícios de elementos da Teoria do Etiquetamento, já debatidos nesse trabalho acadêmico.

Essa busca será realizada através da análise de conteúdo⁵ elencando pontos debatidos na teoria e ilustrando com os exemplos das capas em todos os seus elementos: na linguagem utilizada pelo jornal para transmitir os fatos noticiosos; na forma de exposição de imagens; na intensidade do tratamento da notícia; e na maneira de divulgar fatos de segurança pública. Ao todo, foram analisados conteúdos de dez capas do jornal, no período entre 20 de dezembro de 2013 a 13 de janeiro de 2014.

Passado o momento da conceituação do jornalismo feito pelo tabloide *Meia Hora* devemos conhecer um pouco mais do jornal que será objeto de análise do presente trabalho.

⁵ A proposta que acompanha a análise de conteúdo se refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado. (SILVA, GOBBI e SIMÃO, 2005, p. 70)

Criado no dia 19 de setembro de 2005 e com circulação no Rio de Janeiro o periódico pertence à Empresa Jornalística Econômico S. A (EJESA), instituição que também é dona do jornal *O Dia* e do diário esportivo *Marca Brasil*. Com baixo custo (R\$0,70 de segunda a sábado e R\$1,40 aos domingos) e de fácil compreensão ele tem como objetivo atingir classes mais baixas, principalmente a classe C (DAMASCENO, 2013, p.36-37).

A linha editorial do *Meia Hora* é composta por fatos relacionados a polícia, esportes, cidade, utilidade pública, oportunidades e entretenimento. Algumas páginas apresentam notícias da vida de famosos e outras fazem parte do encarte *FM O Dia*, o qual reúne testes de conhecimentos gerais, promoções, programações de rádios e agenda, além de piadas. (DAMASCENO, 2013, p.37)

Segundo Henrique Freitas (*apud* DAMASCENO, 2013, p.37), um dos fundadores e ex-capista do *Meia Hora*, o nome do tabloide surgiu a partir da ideia do jornal espanhol 20 minutos, como forma de fazê-lo torna-se um companheiro de viagem para o leitor.

Nas palavras de Freitas, com *layout* predominantemente nas cores vermelho e preto, o jornal faria alusão ao sincretismo religioso e ao time do Rio de Janeiro Flamengo, o qual é representado pelas mesmas cores. Freitas explicou também o que ele chama de “tempero especial”, que são os principais conteúdos do jornal: equipe antenada com conhecimento popular; bom humor (brincar com a notícia, quando possível); fazer jogo de palavras e de significados; “trolagem”⁶ e intensidade. O jornalista acrescentou que não acredita que o jornal em questão seja sensacionalista, pois, segundo ele, esse conceito estaria ligado apenas ao fato de “inventar a notícia”, o que não ocorre com a publicação. (DAMASCENO, 2013, p.37)

⁶ Pela definição do Dicionário Informal, trolagem significa enganação, zueira, brincadeira. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/trolagem/>; acesso em 27/01/2014.

5.1 Humor e estigma

O humor é um recurso muito utilizado nos jornais populares para atrair leitores, sobretudo em suas capas. Porém, conforme sustentamos em nossas hipóteses elencadas a partir da literatura estudada, nem sempre é um aliado favorável ao jornalismo. Esse debate se apresenta de maneira ainda mais provocadora e desafiadora do ponto de vista ético-profissional, quando nos referimos às manchetes dos jornais. Nesse caso, a presença do humor pode dar espaço ao discurso de senso comum e, portanto, reducionista, em especial quando estamos tratando de casos complexos com narrativas de histórias humanas na segurança pública e das possibilidades de construções sociais de rótulos.

Com essa prática, nos aproximamos das perspectivas de perpetuação de formas estigmatizadas nas páginas dos jornais, uma vez que a intensidade do humor popular nos convida a pensar sobre as possíveis ligações e reproduções de valores preconceituosos e de estereótipos sociais.

O jornalista como um ator social, principalmente no setor da segurança pública, como já foi dito anteriormente nesse trabalho, deve estar atento para que suas matérias não se tornem reproduções de seus valores sociais e de seus preconceitos. Da mesma forma, devem ser redobrados os cuidados com os fatores mediadores referentes às instituições jornalísticas e pertinentes às relações também aos discursos obtidos e filtrados nas relações diárias com as fontes de informação.

Nas capas do *Meia Hora* analisadas nesse trabalho o humor é vislumbrado na maioria das edições e, em muitas, traz indícios que podem afirmar valores e estigmas sociais.

Vejamos alguns exemplos:

A capa do dia 20/12/2013 (Anexo A, p.58), traz em uma de suas manchetes “Menor P perde bazuca igual a do Rambo”. Com a utilização de imagem do personagem do cinema Rambo em destaque, a chamada para a matéria demonstra indícios da caracterização do desviante como dono do poder paralelo, distante do Estado. O humor dessa capa deixa escapar uma evidência de estigma do desviante, sugerindo até mesmo a possibilidade de pensarmos numa teatralização da notícia, elevando o personagem até a figura de um herói hollywoodiano. O reforço da imagem deixa a impressão de ser o próprio traficante (Menor P), da referida matéria, muito poderoso, e alguém que só consegue vencer e aparecer e ter seu discurso ouvido na sociedade mediante essa “disputa” de poderes.

Na edição do dia 02/01/2014 (Anexo D, p.61) podemos observar o uso de termos da cultura popular que, quando utilizados em um contexto de intensidade, nos remete a estereótipos. Como é o caso da manchete “Passista japa do Salgueiro é agredida em assalto”, na qual o uso da palavra “japa” para se referir à vítima nos remete ao estereótipo de uma pessoa asiática, sujeita a todo o tipo de gozações, em especial por causa de suas origens sócio-culturais.

Ainda na mesma edição, temos a manchete “Virada do ano em presídio tinha cerveja e até karaokê”. Embora devamos pensar que a ênfase na descoberta de “cerveja” e “Karaokê” seja jornalisticamente legítima - em especial se avaliarmos do ponto de vista de desvios de conduta e de exageros na transgressão do que manda, acima de tudo, o bom senso da lei - entendemos que a maneira como o título foi descrito e o contexto no qual foi situado no jornal, nos aproxima de uma problemática semelhante às que estamos tratando: ou seja, uma avaliação mais aprofundada desse “humor” pode nos mostrar o rótulo social, embasado na reprodução da ideia de que presídios devem ser lugares insalubres e que os detentos não são pessoas de direito e que, portanto, nem mesmo teriam possibilidades de algum tipo de saudação ao novo ano. Além disso, ainda temos a perpetuação da ideia de que a polícia, como

o mocinho da história, salva a sociedade com a frase “Polícia travou a zorra toda”, presente na mesma matéria.

O humor e o estigma chamam atenção também na edição do dia 04/01/2014 (Anexo F, p.63). A manchete “Fingiu que cocaína era caspa e foi descabelada pela Polícia” traz humor, jogo de palavras, composição gráfica da imagem e texto que ajudam a evidenciar indícios de rotulação, pois chama as suspeitas de “gringas”, numa composição muito próxima ao exemplo da “japa”, na matéria anteriormente verificada.

5.2 Os perigos da “trolagem” para o jornalismo

Apesar de o humor ser um atrativo nos jornais populares, essa linha tênue entre o entretenimento e a informação pode levar os jornalistas, muitas vezes, a perderem o limite no manuseio das palavras diante dos fatos relacionados à criminalidade, dando espaço ao grotesco. Um dos desafios, portanto, que argumentamos teoricamente nesse trabalho, refere-se ao terreno movediço entre o humor e a “trolagem”. Voltamos novamente a nossa hipótese, fundamentada em Amaral (2010), que nas publicações ditas populares essa relação, quando possível, deve ser bem administrada pelo profissional do jornalismo, para que suas matérias não se tornem uma desinformação para a sociedade, bem como instrumentos para a composição ou reafirmação de rótulos sociais preconceituosos, acima de tudo.

Os exemplos encontrados nas capas do *Meia Hora* vão apontar impressões de exagero e de intensidade com o uso da “trolagem” no jornalismo e, ao mesmo tempo, nos fazem refletir sobre a necessidade desse recurso.

Na capa do dia 26/12/2013 (Anexo C, p.60) a principal manchete é “Deu a louca no Papai Noel!”. O uso da foto do suspeito de roubo nos EUA, em sintonia com o texto criado pelo jornalista, traz à tona um jogo de palavras (com referência, inclusive a títulos de produções cinematográficas americanas)⁷ e de montagem gráfica, que pode contribuir para estigmatizar negativamente à imagem do bom velhinho do natal. No entanto, o rótulo que mais nos preocupa é o de cunho institucional, alimentado pela linha editorial em análise: é o da extrapolação das fronteiras em prol da necessidade de construir a intensidade da notícia e os rótulos oriundos da tragédia alheia. Ou seja, diante da ausência de pautas locais ou mesmo nacionais que possibilitassem a utilização dos recursos editoriais voltados à extravagância da informação, o jornal foi buscar um tema no exterior, apenas para alimentar a prática, pensada por essa pesquisa, como popular-sensacionalista.

Na edição do dia 07/01/2014 (Anexo G, p.64), a manchete principal é “Tráfico diz que vai lucrar dobrado com a Copa – A coca do mundo é nossa”. Nesse exemplo, a “trolagem” e o jogo de palavras reforçam os perigos do estigma do crime representado por “heróis nacionais”, que podem vencer uma determinada competição, aqui no caso, de poderes. Além disso, estamos diante da espetacularização de um fato da segurança pública que se apresenta grave.

A manchete poderia ser um alerta para a polícia ou mesmo para a sociedade civil, porém o uso desses recursos nessa matéria pode contribuir, ainda mais, também para dar moldes mais volumosos aos estigmas de um debate polêmico, que presenciamos atualmente sobre a segurança da população no período da Copa e mesmo após a realização do evento, numa indicação aos legados do torneio de futebol.

No dia 13/01/2014 (Anexo J, p.67) a manchete que apresenta “trolagem” e manuseio de expressões ocupou praticamente toda a capa do jornal. Com o título “Armou a

⁷ Várias produções, inclusive infantis, fazem uso da expressão “deu a louca” em seus títulos, como, por exemplo, “Deu a louca na Chapeuzinho”. Disponível em: Adorocinema.com; acesso em: 27-01-2014.

barraca na praia, descabelou o palhaço e foi preso”, a manchete tem apelo sexual (e portanto nos convida a pensar sobre tabus e rótulos sociais) e a “trolagem” passou do limite ao utilizar expressões chulas para definir a atitude do acusado que foi levado à delegacia.

5.3 Intensidade da Informação: desafios com a responsabilidade da notícia

Uma das maneiras de se diferenciar as formas de jornalismo é através da observação da intensidade com que as informações são apresentadas ao leitor. No jornalismo popular-sensacionalista, conforme a teoria de Amaral (2010), a intensidade encontrada nas matérias, principalmente na capa, é forte.

Essa intensidade é visualizada através da observação dos recursos de linguagem utilizados para potencializar as sensações dos leitores ao terem contato com a capa do jornal. Podemos ver também expressões que indicam valores sociais estigmatizados, o que deixa a manchete com mais “vigor” no que tange aos seus objetivos.

Porém, quando a intensidade está repleta de valores sociais estigmatizados, vem à tona as responsabilidades inerentes ao papel do jornalista na sociedade, que é não apenas informar, mas estimular o debate público acerca das principais questões sociais, estimulando a cidadania.

No dia 23/12/2013 (Anexo B, p.59) estampou a capa do *Meia Hora* várias palavras e expressões que podemos considerar inadequadas para o jornalismo tradicional. Na matéria principal temos “está em cana” e “bolsos cheios de dindim”. O uso de linguagem popular tem o intuito de provocar o humor e a intensidade da informação. O que mais nos chamou a atenção quanto ao estigma, é novamente à referência ao sistema prisional de

maneira que pode suscitar diversas interpretações de cunho negativo, quando a “cadeia” é contextualizada dessa forma. Novamente, nos parece muito clara a impressão de que tal conduta vai ao encontro ao que postula a teoria da Rotulação, em especial se levarmos em conta que a construção das realidades sociais de comportamentos adequados ocorre principalmente a partir da repetição de pensamentos e de valores, como já apontamos anteriormente. Essas repetições dão ênfase aos padrões de condutas sociais regulados por modelos coercitivos negociados nas dinâmicas de cada cultura.

Na capa da edição do dia 02/01/2014 (Anexo D, p.61) observamos o uso de expressões que reforçam os exageros e os estigmas de valores que reduzem o caráter informativo e responsável do jornalismo, bem como as questões relacionadas ao entendimento da segurança pública para além da expressão “policial”. São elas: “pela-saco”, “vai em cana”, “zorra toda” e “balas perdidas acharam 12”.

Mais expressões que dão corpo e podem provocar perigosos estereótipos sociais são encontradas na edição do dia 03/01/2014 (Anexo E, p.62), como é o caso de: “monstro”, para se referir ao suspeito de um crime, “picotar” informando a ação criminosa do acusado e “tarados” para citar outros suspeitos. Estas expressões não só trazem riscos de distorção da informação como também reforçam estigmas de pessoas e instituições.

5.4 Polícia ou Segurança Pública?

A problemática acerca dos conceitos de Jornalismo Policial e Jornalismo de Segurança Pública já foi abordada no capítulo anterior, porém resta necessária a busca de outras expressões que nos ajudem a compreender qual em qual tipo de jornalismo se enquadra o *Meia Hora*.

Vamos buscar a resposta dessa indagação continuando a analisar as capas do jornal em questão. Na do dia 10/01/2014 (Anexo H, p.65) a matéria principal, com a manchete “Valentão do CV fica manso e vai curtir quentinho da cadeia”, aborda a prisão de um homem acusado de tráfico de drogas sem muitos detalhes acerca do fato.

E na capa do dia 12/01/2014 (Anexo I, p.66) o contexto das matérias policiais é repleto de homicídios. A manchete principal é “Dona flor de São Gonçalo mata um de seus maridos com 10 facadas” e a outra matéria é intitulada “Banho de sangue na baixada”, na qual informa a execução de oito homens.

Assim como nas demais edições do jornal, a capa é apresentada ao leitor sem qualquer informação adicional de antecedentes ou consequências do fato noticiado, portanto estamos mais próximos de matérias “policialescas”, dando indícios que vai apresentar aspectos mais policiais que de segurança pública.

A partir das análises aqui expostas podemos perceber indícios de um jornalismo policial superficial, que busca através de simplificações dos fatos informar uma população que merece um material jornalístico melhor desenvolvido. Nesse sentido, passemos para algumas conclusões.

6 CONCLUSÃO

Durante a construção dessas páginas muitas foram minhas vivências com etiquetas da sociedade até mesmo fora das reportagens. Conversas corriqueiras me mostraram a magnitude do pensamento dos sociólogos da Escola de Chicago, que independente do tempo que se passou desde a sua criação continua mais atual do que esperava inicialmente.

Quanto às etiquetas presentes no jornalismo de segurança pública podemos dizer que são consequência de um reforço de sentido, reforço de estereótipos por profissionais de visão rasteira diante os acontecimentos cotidianos. Para esse reforço de estereótipos os jornalistas lançam mão, muitas vezes, de personagens da dramaturgia, entre eles Rambo e Dona Flor.

Fica fácil perceber que os etiquetados são, em regra, aqueles que pertencem às camadas mais baixas da pirâmide social. Porém também se vê pessoas conhecidas da mídia sendo alvo de “trolagem”, objetivando o entendimento de acordo com o momento social. É o caso do piloto Rubinho Barriquelo rotulado como perdedor.

A linguagem utilizada pelo tabloide pode ser considerada um retrocesso com relação ao jornalismo de segurança pública uma vez que “vagabundagem” é um termo de intensidade desproporcional para um jornal se referir a um grupo de desviantes.

É inadmissível que um jornal brasileiro de grande vendagem faça uso desse tipo de linguagem para noticiar fatos criminais, pois o uso da intensidade, do duplo sentido e da imprecisão durante a explicitação das notícias deturpam o conhecimento verdadeiro e criam leitores vazios.

Nesse ínterim, podemos observar a ausência de humanismo na produção de sentidos nas produções jornalísticas analisadas. Os desviantes são transformados em demônios e as intervenções punitivas das políticas de segurança pública são exaltadas.

Outra característica a ser ressaltada é a espetacularização dos fatos criminais, o que reforça a reprovação social daquela ação, rotulando os desviantes, os quais se tornam estigmatizados.

O jornalismo popular-sensacionalista utiliza das matérias policiais como campo fértil para o humor e a “trolagem”, já que a aceitação social desses elementos é instantânea. Porém o que vende é a capa, não o conteúdo do jornal.

A junção de todas esses artifícios utilizados pelo *Meia Hora* na apresentação de suas manchetes em sua capa promove a ideia da violência simbólica, a qual é exercida com a cumplicidade tácita de quem a sofre, pois rotulados, ou rotulados em potencial, escarnecem de outros rotulados.

Durante a análise das capas do jornal *Meia Hora*, indaguei-me acerca da possibilidade de fazer jornalismo popular-sensacionalista de maneira a informar com mais responsabilidade social e acabei convencida pelas ideias de Marcia Franz Amaral. Portanto, pode sim ser feito diferente, basta uma conscientização dos profissionais quanto ao poder que estes detêm.

Talvez o momento epifânico desse trabalho esteja documentado no quarto capítulo, no qual durante a citação do livro *Mídia e Violência* de Silvia Ramos e Anabela Paiva fica claro que existe *mea culpa* por parte dos jornalistas. Ou seja, o primeiro passo foi dado, resta saber se uma mudança real nas matérias jornalísticas vai acontecer.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Entrevista com Márcia Franz Amaral**. 2010. Disponível em: <http://bloghoradecomunicar.blogspot.com.br/2010/06/entrevista-com-marcia-franz-amaral.html>. Acesso em: 24/01/2014

ANDRADE, Fábio Martins de. **Mídia e Poder Judiciário: A Influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Maximo x Cidadania Mínima**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard. **Uma teoria da Ação Coletiva**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEDENDO, Ricardo. **A notícia em tempo real X o contexto da vida real: reflexões sobre jornalismo e segurança pública**. In: X Encontro Regional de Comunicação. Trabalho apresentado no DTJornalismo, Facom, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DAMASCENO, Danielle. **Jornal Meia Hora de Notícias e seus mecanismos de seleção de matérias e de emprego dos valores notícia na editoria Polícia**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Comunicação Social da UFJF, Juiz de Fora, 2013.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço Urbano e Criminalidade: lições da escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do Direito Penal**. Tradução de Pablo Rodrigo Aflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

MAIA, Marta Regina; RODRIGUES, Felipe. **Narrativa onisciente no jornalismo: a possibilidade de ampliação da captação**. In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo UMESP, novembro de 2008. **Anais...** São Paulo, 2006.

Maiores jornais do país. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 24/01/2014

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia: Métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Guia para edição jornalística**. São Paulo: contexto, 2006.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RECUEIRO, Raquel. **Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino da. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Anexo A

*PROCS Estudos Marquês S.M. Consolidado 2012 - Grande Rio de Janeiro
1 litro Ao 20º entre os jornais iguais de segunda a sexta 2.150.000

HORA DE NOTÍCIAS
O JORNAL MAIS LIDO DO RIO
www.melahora.com SEXTA-FEIRA, 20/12/2013 • ANO 9 • Nº 2.896

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 Selo5

MOTOS HOJE SO NO GRANDE RIO. PEÇA AO JORNALEIRO R\$ 0,70

MORADORES REVOLTADOS EM MANGUINHOS

03

PM ATIRA PRO ALTO E IDOSO DE 81 ANOS MORRE NO MANDELA

REPRODUÇÃO DA INTERNET



SALSEIRO NA MARÉ

07

Menor P perde bazuca igual à do Rambo

PMs pegam trabuco (abaixo) que era o xodó do bandidão



DIVULGAÇÃO PMERJ

MALVADAS DE 'AMOR À VIDA'

34



GIUSEPPE DI GIACOMINI

Te cuida, D-D-David!
Aline e Amarilys esganam nosso colunista

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 COMEÇA SEGUNDA!
7 SELOS + R\$ 26,90 = 1 LINDA MOCHILA JUVENIL

* PMS, Lado Negro, L+L, Semáforo, 2012 - Campo da de Inverno
Filas 23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100

HORA DE NOTÍCIAS
O JORNAL MAIS LIDO DO RIO

www.melahora.com

SEGUNDA-FEIRA, 23/11/2013 • ANO 9 • Nº 2.859

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 SELO CURINGA

NEGÓCIOS HOJE
SÓ NO GRANDE RIO PEÇA DO JORNALERO
R\$ 0,70

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10
7 SELOS + R\$ 26,90 = 1 LINDA MOCHILA JUVENIL



COMEÇA HOJE!

DUPLA LOTADA NA UPP DO SÃO CARLOS ESTÁ EM CANA

PMS SÃO ACUSADOS DE ROUBAR R\$ 540 DA MÃE DE UM SUSPEITO

Mulher disse que os dois soldados pegaram o dinheiro enquanto faziam a prisão do filho dela por tráfico de drogas. Policiais estavam com os bolsos cheios de dindim. **PÁGINA 07**

SÃO PAULO 03

Tragédia: 14 mortos em ônibus que vinha para o Rio

MENOR P 09

Bando da Maré foge pra Acari

CADERNO DE ESPORTES

'RENIGHT' GAÚCHO ESTÁ DE VOLTA AO FLUZÃO

Técnico acertou com a patrocinadora para treinar o time pela 5ª vez. Concha chega hoje



DE SELO MORAES

NA TIJUCA 08

Delegado leva três tiros em tentativa de assalto

NATAL DA GRA CURINEA



O JORNAL MAIS LIDO

MEIA HORA

DE NOTÍCIAS

www.meiahora.com

QUINTA-FEIRA, 25/12/2013 • ANO 5 • Nº 2.902

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10
Selo 4

IMÓVEIS HOJE
SÓ NO GRANDE RIO: 7€ (A DO JORNAL) € 0,70

GAROTO-PROBLEMA CANSOU 25



Bieber diz que agora é oficial: está aposentado

CADÊ A PAZ? 04

PM da UPP é espancado e roubado na Rocinha

NITERÓI 06

Menino de 2 anos levatiro na cabeça na noite de Natal

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 7 SELOS + R\$ 26,90 = 1 LINDA MOCHILA



A LEI É PARA TODOS!

DEU A LOUCA NO PAPAÍ NOEL!



Não tá fácil pra ninguém: bandido de gorro e barba assaltou um banco, enquanto Bom Velhinho levou multa por cometer infração de trânsito. **PÁGS. 19 E 21**

O JORNAL MAIS LIDO

MEIA HORA

DE NOTÍCIAS

www.melahora.com

QUINTA-FEIRA, 2/01/2014 • ANO 9 • Nº 2.909

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 Selo 4

IMÓVEIS HOJE

SÓ NO GRANDE RIO, PEÇA AO JORNAL EIRO

R\$ 0,70

PM METEU A COLHER EM BRIGA DE MARIDO E MULHER

03

BEIJAÇO?



QUE NADA!
RÉVEILLON
2014 FOI DO

BALAÇO PERDIDAÇO

Balas perdidas acharam 12 na virada de Copa. Não tá fácil, não!

BATEU COM A CABEÇA E DESMAIOU NA TIJUCA

07

Passista
japa do
Salgueiro
é agredida
em assalto



POLÍCIA TRAVOU A ZORRA TODA

08

Virada do ano em presídio
tinha cerveja e até karaokê

É MUITA COVARDIA...

19

Pela-saco estupra vovó de
78 anos, dorme e vai em cana

O JORNAL MAIS LIDO

MEIA HORA

DE NOTÍCIAS

DO RIO

www.meiahora.com

SEXTA-FEIRA, 30/1/2014 • ANO 9 • Nº 2.910

PROMOÇÃO MOCHILA NOTA 10 Selo 5

MOTOS

HOJE

SÓ NO GRANDE RIO. PEÇA O JORNAL EIRO

R\$ 0,70

É DEVAGAR, É DEVAGAR, DEVAGARINHO... 16

RUBINHO CHEGA PARA ESQUIAR TRÊS DIAS APÓS SCHUMACHER



'The Flash' brasileiro voa baixo na neve com a esposa e os filhos. Tan, tan, tan!!!!

SEMPRE ATRÁS DO ALEMÃO!



CADERNO DE ESPORTES

Anderson Silva entra 2014 com o pé direito

O esquerdo não pode encostar no chão



EM BANGU 11

Monstro é procurado por picotar a esposa

DOIDINHO! 24

Menino de 4 anos rasga mais de mil reais dos pais

VÍTIMAS SÃO CRIANÇAS 10

Tarados do Alemão e de Santa Cruz choram na cela, que é lugar quentinho

WSP, Ltda. - Imprensa S.A., Condição 2012 - Lendo/hoje de Janeiro
R\$ 0,70 - Preço de Venda de cada unidade (R\$ 0,38000)

HORA O JORNAL MAIS LIDO
MEIA DO RIO DE NOTÍCIAS
www.meiahora.com SÁBADO, 04/01/2014 - ANO 9 - Nº 2.911

PROMOÇÃO
MOCHILA
NOTA 10
Selo 6

CASA & REFORMA
HOJE
SÓ NO GRANDE ROL PEÇA AO JORNAL EIRO
R\$ 0,70

KIT ESTUDANTE
AGORA AS FOLHAS **HORA**
COMEÇA SEGUNDA

ATLAS DO CORPO HUMANO
ATLAS DO ESTUDANTE

7 SELOS + R\$ 12,90 = 1 SUPER KIT ESTUDANTE

CC: Atlas do Corpo Humano
CC: Atlas do Estudante
E1: Manual de Língua Portuguesa
E1: Manual de Inglês Português do Português
E1: Manual de Inglês Português do Português Espanhol

GANHE TUDO DE UMA VEZ SO!

NA DUTRA 03
Três mortos em acidente

TRAFICANTE, EU? 20

FINGIU QUE COCAÍNA ERA CASPA E FOI DESCABELADA PELA POLÍCIA

Dupla de gringas maloca mais de um quilo do pó do capeta na peruca e agora vai catar piolho na cadeia

CADERNO DE ESPORTES

Craques vice da Liberta chegam ao Vascão



Eduardo Aranda e Martin Silva, ex-Olimpia, já fizeram os exames médicos

NA TIJUCA 06



ATACADA A FACADAS QUANDO IA PRO SERVIÇO

19005 Faleador, Município RJ04, Encavalhada 2017 Faleador: Sérgio Araújo
19005 Faleador, Município RJ04, Encavalhada 2017 Faleador: Sérgio Araújo

HORA DE NOTÍCIAS
O JORNAL MAIS LIDO DO RIO

www.meiahora.com TERÇA-FEIRA, 07/01/2014 • ANO 9 • Nº 2.914

KIT ESTUDANTE HOJE SELO 2

AUTOPEÇAS HOJE SO NO GRANDE RIO. PEÇA AO JORNALEIRO R\$ 0,70



SINISTRO 09

Caraca, não é fantasia! É faca na caveira!

MANGUEIRA 03
Tem UPP, mas também tem comércio de porta fechada



ASSALTO 20

LUTADOR DE MMA MANDA LADRÃO PRO OCTÓGONO DE MADEIRA

É MUITA CARA DE PAU DESSES CARAS! 06

TRÁFICO DIZ QUE VAI LUCRAR DOBRADO DURANTE A COPA

A COCA DO MUNDO É NOSSA



para proteger essa operação multimilionária.



prontos para lutar por uma fatia da riqueza da Copa do Mundo.

Vagabundagem do Rio se exhibe em TV gringa, mostra armas e drogas e tira onda jurando que vai encher o bolso no Mundial

1940 Estrada Maracanã S/N, Condição 2312 - Cidade Rio de Janeiro
Fone: 45 13 4444 - www.melahora.com.br - CNPJ 15.050.000

HORA DE NOTÍCIAS
O JORNAL MAIS LIDO DO RIO

KIT ESTUDANTE MELAHORA SELO 5

MOTOS HOJE
SÓ NO GRANDE RIO. PEÇA DO JORNAL EIRO
R\$ 0,70

www.melahora.com

SEXTA-FEIRA, 10/01/2014 • ANO 9 • Nº 2.917

CADERNO DE ESPORTES

Gringos querem roubar o Brocador!

Time do outro lado do mundo bota na mesa R\$ 19 milhões pra levar o matador do Mengão



MELÃO PROMETE FAZER TOPLESS SE HERNANE FICAR NO FLA

'A genteafia sua broca pra furar ainda mais do que no ano passado'



WIDEIMAGENS

CAROL COMENKAS

NAPÃO RODA NA FURQUIM MENDES 09

VALENTÃO DO CV FICA MANSO E VAI CURTIR QUENTINHO DA CADEIA

Coisa-Ruim era o chefe do pó em favelas da Zona Norte do Rio e do Corte Oito, em Caxias

KIT ESTUDANTE MELAHORA

7 SELOS + R\$ 12,90 = 1 SUPER KIT ESTUDANTE

01. Ator do Cinema Brasileiro
02. Ator do Esporte
03. Imagens de História da Língua Portuguesa
04. Músicas de Bossa Nova e Sertão de Pernambuco
05. Músicas de Espetáculo, Verbetes, Folclore e Sertão

GANHE TUDO DE UMA VEZ SÓ!

ATLAS
ATLAS COMO HUMANO

SEGUNDA TEM NOVA CARTELA!

MAIOR LUXO 04

Polícia fecha bingo que ficava em mansão

Uiiiiiii... 26

Homem é internado com garrafa no fiofó

Anexo I

HORA O JORNAL MAIS LIDO
MEIA DO RIO DE NOTÍCIAS
www.meiahora.com SÁBADO, 11/01/2014 • ANO 9 • Nº 2.918

KIT ESTUDANTE com HORA SELO 6
CASA & REFORMA
HOJE 30 NO GRANDE RIO, 10 DIAS DE JORNALIZADO
R\$ 0,70

CADERNO DE ESPORTES

FLUMINENSE REBAIXADO DE NOVO
Justiça comum devolve pontos à Portuguesa e ao Flamengo, mas novela tá longe de acabar e tudo pode mudar

QUE PENA! 25 **ELA VIVIA COM OS DOIS NA MESMA CASA E AGORA ESTÁ NA CADEIA** 04

DONA FLOR DE SÃO GONÇALO MATA UM DOS SEUS MARIDOS COM 10 FACADAS

TV espanhola garante que Markezine já é passado para Neymar

BANDIDAGEM TAMBÉM QUEIMOU ÔNIBUS 03

BANHO DE SANGUENA BAIXADA

Oito homens são executados em Nova Iguaçu. Pistoleiros teriam saído da Maré, no Rio

KIT ESTUDANTE com HORA
ATLAS
7 SELOS + R\$ 12,00 = 1 SUPER KIT ESTUDANTE
SEGUNDA TEM NOVA CARTELA!

MARCELO MATHIAS

1995 Estudo Monitor IAP, Considerado 2012 - Grupo Hoje de Anísio
18.000 R\$ 100 anos, melhor lugar de segunda a sexta (1.764.000)

HORA O JORNAL MAIS LIDO
MEIA DE NOTÍCIAS
DO RIO

www.melahora.com

SEGUNDA-FEIRA, 13/01/2014 • ANO 9 • Nº 2.920

KIT ESTUDANTE
COM A MELHOR CURSINGA

NEGÓCIOS
HOJE
SO NO GRANDE RIO. PEÇAO JORNALERO
R\$ 0,70

KIT ESTUDANTE
VOLTA AS AULAS
HORA
HOJE TEM NOVA CARTELA!

7 SELOS + R\$ 12,90
= 1 SUPER KIT ESTUDANTE

- 01 Atlas de Corpo Humano
- 01 Atlas de Estudante
- 01 Manual de Língua Portuguesa
- 01 Manual de Inglês/Português/Português/Inglês
- 01 Manual de Espanhol/Português/Português/Espanhol

GANHE TUDO DE UMA VEZ SÓ!

ATLAS DO CORPO HUMANO

ATLAS DO ESTUDANTE

MANUAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

MANUAL DE INGLÊS/PORTUGUÊS/PORTUGUÊS/INGLÊS

MANUAL DE ESPANHOL/PORTUGUÊS/PORTUGUÊS/ESPANHOL

CINCO CONTRA UM É COVARDIA! 03

ARMOU A BARRACA NA PRAIA, DESCABELOU O PALHAÇO E FOI PRESO

Taradão é flagrado com a mão na massa em pleno Arpoador e tem que esfriar a cabeça na delegacia

BIANCA RINALDI ESCAPA DA BANDIDAGEM 08

ATRIZ DA GLOBO FICA NO MEIO DE TROCA DE TIROS NA LINHA AMARELA

REPRODUÇÃO: JORNAL TRIBUNA